
APONTAMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO NACIONAL E A LUTA PELA CONSTITUINTE**NOTAS SOBRE LA SITUACIÓN NACIONAL Y LA LUCHA POR LA CONSTITUYENTE****NOTES ABOUT THE NATIONAL SITUATION AND THE STRUGGLE FOR THE
CONSTITUENT**José Eudes Baima Bezerra¹Paulo José Riela Tranzilo²

Resumo: A contribuição visa a analisar a situação política do Brasil no contexto do terceiro governo consecutivo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (2003-2014), com ênfase na crise do regime político aberto pelas manifestações multitudinárias de junho de 2013, discutindo a perspectiva da luta pela Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, convocada para realizar a reforma política, objeto de uma campanha popular em curso no país. O texto retoma criticamente as posições das principais organizações dos trabalhadores no país, o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores, para iluminar o lugar da luta pela Constituinte para abrir uma via positiva para as demandas da classe trabalhadora e da juventude, num ano marcado pelo embate eleitoral.

Palavras-chave: Situação política brasileira; crise do regime político; Assembleia Constituinte.

Resumen: La contribución tiene como objetivo analizar la situación política en el contexto de tercer gobierno consecutivo de Brasil encabezada por el Partido de los Trabajadores (2003-2014), con énfasis en la crisis del sistema político causado por las manifestaciones masivas en junio de 2013, hablando de la posibilidad de luchar por la Asamblea exclusiva de la Asamblea nacional Constituyente, convocada para llevar a cabo la reforma política, el tema de una campaña de base en curso en el país. El texto retoma críticamente las posiciones de las principales organizaciones de trabajadores en el país, el Partido de los Trabajadores y la Central Unitaria de Trabajadores, para iluminar el lugar de la lucha por la Constituyente para abrir un camino positivo para las demandas de la clase obrera y la juventud, en un año marcada por la lucha electoral.

Palabras clave: Situación política de Brasil; crisis del régimen político; Asamblea Constituyente.

Abstract: The contribution aims at analyzing the political situation in the context of Brazil 's third consecutive government headed by the Workers' Party (2003-2014), with emphasis on the crisis of the political system caused by massive demonstrations in June 2013, discussing the prospect of fighting for Assembly exclusive national Constituent Assembly, convened to undertake political reform, the subject of a grassroots campaign underway in the country. The text resumes critically positions the main organizations of workers in the country, the Workers' Party and the Central Workers Union, to illuminate the place of struggle by the Constituent to open a positive path for the demands of the working class and the youth, in a year marked by the electoral struggle.

Keywords: Brazilian political situation; crisis of the political regime; Constituent Assembly.

Introdução

Em junho de 2013, começando com o movimento da juventude pela redução das tarifas de transporte, mais de um milhão de pessoas saiu às ruas levantando suas reivindicações por serviços

públicos, além dos transportes, por saúde e educação. Estas exigências das ruas são contraditórias com o superávit primário que esmaga o Orçamento do Estado para pagar a dívida, e com as seguidas concessões feitas pelo governo às pressões das grandes empresas e do capital internacional.

São as mesmas imposições imperialistas que subjagam as nações em todo o mundo e que empurram a juventude e os trabalhadores a reações semelhantes.

No Brasil, as manifestações de rua evidenciaram um fosso entre a vontade popular e as instituições, abrindo uma crise no regime político. Há uma nova situação no país e o povo não vai voltar para casa de mãos vazias. As mobilizações que começaram em junho de 2013 com a juventude e que, com altos e baixos tiveram continuidade nos meses seguintes com mobilizações convocadas pelas centrais sindicais, organizações populares e estudantis, continuam esperando uma resposta. Na verdade, uma resposta à crise do regime político aberta e que, no momento em que esta edição de *Germinal* chega ao leitor, toma a forma da campanha que distintas organizações do movimento operário, popular, camponês e estudantil promovem por um Plebiscito Popular Sobre uma Constituinte Exclusiva e Soberana para fazer Reforma Política.

Quer dizer, a saída política para a situação passa pelas organizações constituídas pelos trabalhadores e pelos oprimidos em geral ao longo de sua luta de classes por sua emancipação. Foi assim na situação revolucionária que se abriu na Tunísia em 2011, onde os trabalhadores se apoiaram na Central Sindical, União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), para colocar em marcha seu movimento; tem sido assim na Argélia, submetida à impressionante pressão do imperialismo para sua desagregação como nação, onde a classe operária se agarra à União Geral dos Trabalhadores da Argélia (UGTA). Os exemplos poderiam se estender, mas é justamente por isso que, independente de sua origem, os governos submetidos ao imperialismo, em diferentes formas e graus, tentam cooptar, desnaturar ou destruir as organizações operárias e populares, independentemente da orientação de suas direções.

O objetivo desta contribuição é discutir o lugar da campanha pelo Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político na conjuntura, para abrir uma saída positiva do ponto de vista dos trabalhadores em face da crise institucional.

Uma nova ofensiva do imperialismo

No plano mundial, depois de seguidos anos de crise ininterrupta, o imperialismo estadunidense busca recuperar o terreno perdido. Notadamente na América Latina, processos parciais, como a eleição de governos que se instituem sob permanente pressão popular, como no caso de vários países do Cone Sul, como Venezuela, Bolívia, Equador, Uruguai e Brasil, em processos que guardam importantes diferenças entre si, mas que, aos olhos da cúpula imperialista, impõem ou ameaçam impor uma restrição à sua presença no continente, ou a instabilidade provocada pelo enfrentamento entre revolução e contrarrevolução no Norte da África e Oriente Médio, entre outros acontecimentos, fizeram recuar os interesses do capital estadunidense em diferentes áreas do planeta. Uma nova ofensiva para recuperar este

terreno perdido, ainda mais no contexto da intermitência da crise, parece ser a única alternativa do imperialismo.

Há mais de três anos, em 2011, a irrupção de uma revolução de contornos clássicos na Tunísia abria um giro na situação mundial, com abalos revolucionários se insinuando à Europa, sacudindo, por exemplo, a Grécia no ano seguinte. Hoje, se não houve uma derrota cabal deste movimento, tampouco estamos no mesmo momento. O imperialismo utilizou forças aparentadas à Irmandade Muçulmana, além da intervenção direta na Líbia, Síria, Mali, República Centro-Africana, para bloquear a dinâmica revolucionária e gerar situações de caos, opostas aos interesses das massas mobilizadas, como no Egito. No que pese, na Tunísia, a resistência popular apoiada na UGTT ter permitido preservar o estado laico na Constituição recém-adotada, num marco em que a “união nacional” impediu que fossem inscritas exigências da revolução que derrubou Ben-Ali em 2011, ou, na Argélia, onde o movimento operário estreitou seus laços em torno da UGTA (União Geral dos Trabalhadores da Argélia), para a defesa das conquistas sociais e da soberania, estes processos sofrem com o contexto de enorme instabilidade cuja marca é a desestabilização do Egito, provocada pela ingerência estadunidense e da União Europeia nesse país chave da região.

Como se pode seguir no noticiário, o imperialismo, apesar do recente rearranjo com o Irã, não renunciou às intervenções militares, inclusive na Argélia, com o estacionamento de forças militares no sul da Espanha, “olhando” para o Magreb. Assim, apesar da crise de dominação política do imperialismo mais poderoso, os Estados Unidos (EUA), ele procura ordenar os demais na preservação da ordem abalada, levando à desestabilização regiões inteiras e pilhando nações e povos.

No continente latino-americano, o emblema da situação é o México, novo “exemplo exitoso” do mercado, junto com a Aliança do Pacífico³: o governo Peña Nieto conseguiu fazer as “reformas” (energética, educacional, etc.), apesar das resistências, no quadro de desagregação do Estado corroído pela “guerra aos narco”. O “exemplo” mexicano foi rapidamente esgrimido pelas agências multilaterais como elemento de pressão pelas “reformas” sobre os países do continente.

Se de um lado, as agências exercem a pressão do financiamento pelas “reformas”, de outro, o imperialismo estadunidense adota métodos de guerra, como no caso da pilhagem imposta pela Suprema Corte dos EUA à Argentina, obrigando o país a honrar a suposta dívida como os “*fondos buitres*”.

Nesse cenário, realizou-se em Havana, em 28 e 29 de janeiro, a 2ª Cúpula da CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe), onde os governos da região procuraram se equilibrar entre a pressão popular que os acossa e a tentativa de manter relações “normais” com os Estados Unidos. Mesmo assim, o Departamento de Estado dos EUA, em nota, a considerou uma “traição aos compromissos democráticos” (EL PAÍS, 2014). Sua Declaração final diz que a região é “Zona de Paz” (BRASIL, 2014), mas cala sobre a Minustah⁴ e reconhece o governo Martelly do Haiti, governo fantoche do imperialismo e eleito fraudulentamente, o problema de soberania mais gritante no continente.

A Cúpula da CELAC, assim, procurou fechar, pelo menos em parte, a “clivagem” entre a Aliança do Pacífico e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) acerca dos golpes de Estado em

Honduras e no Paraguai. Na mesma toada, a Declaração não se refere ao livre comércio, ainda que se tenha adotado *ad referendum* um apelo “aos investidores”, pedindo que “respeitem as regras nacionais”.

Brasil: ano eleitoral e crise do regime político

O recente caso argentino dos “fundos abutres” e o encolhimento dos governos chamados de populares no continente, na busca desesperada de um acordo “soberano” com os EUA, preparam o terreno para a efetivação da ofensiva do imperialismo para, também em nosso continente, retomar terreno perdido ou restringido nos últimos anos. A subida de juros nos Estados Unidos implementada pelo Federal Reserve põe em xeque países, como o Brasil, que se beneficiaram da crise mundial, recebendo certo afluxo de capitais e se apoiando no comércio internacional de *commodities*. Diminui a margem de manobra das burguesias nativas e dos governos, “populares” ou não, o que prepara um enfrentamento de massas, ainda mais no caso do Brasil, onde a impotência das instituições herdadas da Ditadura (e preservadas pela Constituição de 1988) em responder ao potente movimento que virou a situação política a partir de junho de 2013 origina, de fato, uma crise sem precedentes destas mesmas instituições.

No contexto da acomodação continental sob pressão do Federal Reserve (FED), apesar de concessões de Dilma seguindo certas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), apesar da sua peregrinação a Davos, o “mercado” (agências de risco, bancos e investidores) não está nada satisfeito!

O ano eleitoral brasileiro, nesse contexto, está inserido no horizonte da pressão do imperialismo para retomar um controle mais pleno da situação do país.

Eleitos no contexto geral de crise mundial e no Cone Sul, eles expressam, na forma limitada da disputa eleitoral, a busca, de um lado, de uma saída positiva por parte dos trabalhadores, dos setores oprimidos e de suas organizações, da realização das reformas de fundo, da efetivação da soberania nacional. Ao passo que, por outro lado, a mercê da recusa obstinada da direção do Partido dos Trabalhadores (PT) em constituir um governo deste partido e das forças anti-imperialistas, optando, primeiro por constituir um governo com a “sombra da burguesia” (José Alencar, do Partido da República, na Vice-Presidência nos dois mandatos Lula) e, depois, com um setor relevante da classe dominante, representado por Michel Temer, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), na Vice durante o período Dilma, estes governo acabaram expressando a manutenção de parte essencial das instituições políticas herdadas do período do Regime Militar, codificada na atual Constituição Federal, de 1988. Tais instituições, a que se agarra a direção do PT, se constituem num obstáculo permanente à realização do conteúdo do voto popular dado em 2002 e reiterado em 2006 e 2010. É justamente o apego a tais instituições que compõe o quadro de fundo da política de alianças imposta pela direção do PT, muitas vezes, à custa da própria dissolução do partido, como no emblemático caso do Maranhão⁵.

Entretanto, se os governos Lula-Dilma não romperam com as determinações das agências representativas do capital multinacional (FMI, Banco Mundial, etc.), o que se manifesta no citado apego às atuais instituições, tampouco puderam, a mercê da base de classe do PT, ir até o fim nos ataques exigidos pelo capital – acabar com “a rigidez do mercado de trabalho”, o que significa flexibilizar a CLT⁶, como

pede o FMI – posto que incapazes de se chocar de frente com a classe operária. O Brasil não foi capaz sequer de, como fez a presidente Kirchner na Argentina, desvalorizar em 20% a moeda, desvalorizando 20% do poder aquisitivo, como receitam as cartilhas “anti-inflação”. Assim, para o imperialismo, conquistas mínimas das massas em geral e da classe operária em particular, como a elevação em termos reais de 74% do salário mínimo (conquista relativa tendo em vista do baixíssimo patamar de que partiu este reajuste), bem como as vacilações do governo em impor o receituário até o fim são intoleráveis e exigem, dada a crise mundial, a retomada plena do controle governamental no Brasil por um representante direto do imperialismo.

Assim, o cenário essencial básico é: as massas, a partir de junho de 2013, por sua ação própria, criaram uma nova situação, a crise de regime na forma da crise das instituições, abrindo ou alargando uma “brecha” que se ampliou pela resposta da Presidente Dilma, emitida em pronunciamento em cadeia de rádio e televisão (TV), em plena maré montante das manifestações de junho de 2013, apontando a perspectiva da Constituinte Exclusiva para a reforma política. Uma brecha para a ação independente das massas oprimidas, focada no essencial da crise, a manutenção das instituições herdadas da Ditadura (sob alguns aspectos, inclusive da Monarquia e do Estado Novo), e profundamente funcionais às políticas necessárias à continuidade das políticas ditadas pelo grande capital no país.

Não foi casual, assim, que o “escorrego” de Dilma tenha despertado, de imediato, reações furiosas do conjunto da burguesia, inclusive de sua fração alojada no Governo. Assim que foi o Vice-Presidente, Michel Temer, o primeiro a sair em bombardeio contra a perspectiva da Constituinte, imediatamente seguido pelos presidentes da Câmara Federal e do Senado, pelos porta-vozes da oposição patronal e, inclusive, pelos representantes da chamada “oposição de esquerda”, entretanto, convertida, em nome da luta contra o Governo, em defensora das instituições vigentes. Todos, mais ou menos imediatamente, acompanhados da cúpula da corrente lulista do PT que se apressou em desautorizar a fala de Dilma na TV.

Com efeito, apenas 12 horas depois de emitida, a proposição da presidente (que de resto já vinha inserida num conjunto de quatro propostas no qual uma delas remetia ao respeito ao superávit fiscal primário) foi abandonada e a ideia da reforma política remetida a iniciativas (Projetos de Lei de Iniciativa Popular do PT e da Igreja Católica/OAB/Organizações Não-Governamentais) que delegam ao atual Congresso, no quadro das atuais normas, a tarefa impossível de se auto reformar.

Para as massas, sedentas de alcançarem as reivindicações históricas que seguem identificadas com o PT e com suas principais lideranças, a questão é o que fazer agora neste ano. Do ponto de vista consciente, que não é em plenitude o ponto de vista das massas populares, o problema é qual o eixo de uma política de ruptura capaz de promover uma frente única anti-imperialista, necessária para enfrentar tanto a tentativa de retomada do terreno perdido (ou restringido) pelo capital internacional, como de remover os obstáculos ao atendimento de demandas represadas pela negativa da cúpula do PT em romper com o imperialismo.

O lugar da luta pela Constituinte

Se o regime político vigente, por intermédio de suas instituições normativas, aparece como obstáculo de conjunto às reivindicações nacionais, democráticas e operárias, a começar pelo desmoralizado Congresso Nacional, cabe perguntar como elas foram adotadas e que caráter traziam desde sua gênese.

Em 5 de outubro de 1988, o presidente em exercício, José Sarney, que havia convocado um Congresso Constituinte, jurou diante da nova Constituição dele saída, e que está em vigor até hoje, tendo sofrido várias emendas ao longo desses anos. Júlio Turra observa que este fórum constituinte trazia um vício de origem:

Na verdade o que foi feito foi dar mandato constituinte aos deputados federais e senadores, sem colocar em questão o mandato ilegítimo de Sarney, indicado em 1985 pelo colégio eleitoral da ditadura como vice de Tancredo Neves, que morreu antes de tomar posse. Não se tratou, portanto, de uma Constituinte soberana e que concentrasse plenos poderes, tampouco exclusiva, pois os deputados e senadores acumulavam a dupla função de constituintes e legisladores (TURRA, 2013, p. 2).

Carta conservadora, que não deixou, porém, de integrar as bases de um regime corporativista “participacionista”, com o fim de integrar as organizações independentes que brotaram das lutas da classe trabalhadora por volta dos anos de agonia da Ditadura, parece ter sido recentemente objeto de uma reavaliação das forças políticas que, à época, inclusive o PT que votou contra esta Constituição, denunciaram seu caráter de continuidade, nos fundamentos, das instituições herdadas do regime anterior.

É assim que segue vigente, por exemplo, a Lei de Segurança Nacional, a polícia militarizada, o Senado como “câmara alta” e revisora, a desproporção escandalosa na distribuição das vagas e deputados federais e senadores em relação ao número de eleitores de cada estado que impede a realização da secular consigna democrática “um homem, um voto”, além de preservar integralmente o peso decisivo do poder econômico nos resultados eleitorais, preservando, sobretudo no Senado, uma composição plutocrática.

Segundo o ex-presidente Lula, em ato comemorativo realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Brasília, a Constituinte de 1988 “*transcorreu sob o primado da política, em seu mais nobre sentido*”. Com apenas 16 deputados, Lula lembrou que o PT chegou a apresentar um projeto integral de Constituição, sobre o qual, o ex-presidente afirmou: “se nosso projeto tivesse sido aprovado, o país seria hoje ingovernável”, em intervenção reproduzida no site do Instituto Lula, recolhida por Turra (2013, p. 2), que questiona:

Ora, ingovernável para quem? O próprio Lula, na ocasião, não pode deixar de mencionar que a bancada do PT votou contra o texto global da Constituição, pois “queríamos aprovar um texto mais avançado, que contemplasse a reforma agrária, a estabilidade no emprego, o imposto sobre fortunas, a criação imediata do Ministério da Defesa, dentre outras pautas daquele momento histórico”. Assim, pensamos ser necessário recuperar as posições defendidas pelo PT e a CUT à época, para restabelecer a verdade histórica e dela extrair lições.

De fato, no período, as principais organizações operárias e populares se posicionaram contra o texto constitucional, embora, por outro lado, valorizassem conquistas inscritas num arcabouço de conjunto reacionário.

Com efeito, no seu 4º Encontro nacional de 1986, o PT adotou uma resolução que afirmava:

[...] a conjuntura atual apresenta uma particularidade extremamente significativa: o processo constituinte, que, de bandeira e reivindicação das forças democráticas desde meados da década de 60, agora se transformou, nas mãos da Nova República, num projeto de consolidação da hegemonia burguesa sobre e contra o movimento popular (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010, p. 6).

Mais adiante, a resolução propõe a participação do PT no Congresso Constituinte, para “quebrar a sua limitação” e “radicalizar o seu cenário”, fazendo apelo à mobilização dos trabalhadores e do povo, no que viriam a ser as “emendas populares”, responsáveis em grande medida pelos avanços que foram registrados na Constituição, mas sem qualquer ilusão de que ela, de conjunto, resolveria os problemas da nação (PT, 1986).

No seu 5º Encontro nacional de 1987, o PT insiste em que:

[...] a tendência que se esboça na Constituinte é a de afirmar um modelo político-institucional em que o monopólio do poder esteja assegurado por um sistema eleitoral e partidário elitista, manutenção da legislação e dos aparelhos repressivos e, sobretudo, pelo papel tutelar das Forças Armadas [...]. Na ordem econômica e social, a tendência é a manutenção dos privilégios da grande propriedade territorial, do capital estrangeiro e dos bancos [...]. Daí a luta contra a reforma agrária, contra a reserva de mercado e a estabilidade. Daí a defesa ideológica da economia de mercado, da privatização e da manutenção do monopólio da informação para os grandes grupos empresariais (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010, p. 4).

Já o 3º Congresso nacional da CUT (Belo Horizonte, 1988) também se posicionou de forma clara sobre a natureza da Constituição de 1988. Na sua resolução geral pode-se ler:

O Congresso Constituinte, que está terminando seus trabalhos, não é, e nunca foi, o desejado pelos trabalhadores. Não foi uma Constituinte livre, democrática, soberana e exclusiva, que atendesse as reivindicações do povo: terra, salário, emprego e liberdade [...]. Vários direitos não estão inscritos. As Diretas Já foram derrotadas e Sarney garantiu seus cinco anos. A estrutura sindical, embora registre algumas modificações, não assegura a ampla liberdade de organização que a classe trabalhadora brasileira exige. Sobretudo, a nova Carta se ergue contra a reforma agrária – marcando inclusive um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra redigido pelos militares – e define as Forças Armadas como fiadoras e guardiãs da Constituição, colocando, portanto, a sociedade brasileira sob tutela militar, num permanente convite ao golpe, cuja realização está, de antemão, juridicamente legitimada. Em que pesem as conquistas, o 3º CONCUR entende que devemos denunciar o caráter global profundamente antipopular da nova Constituição e não reconhecer no projeto global nenhuma legitimidade para cercar a democracia, as reivindicações e as lutas do povo. (CUT, 1988, p. 27).

Há 26 anos de sua adoção, no que pesem revisões constitucionais, a Constituição de 1988 segue refletindo estas avaliações feitas nos anos ao redor de sua adoção pelo Congresso-Constituinte.

Sua funcionalidade para a manutenção da relação de dependência e subordinação do país ao capital estrangeiro tem se mostrado eficaz e, por isso mesmo, momentos de abalo social relevantes, como as grandes manifestações de junho de 2013, desvelam o enorme abismo entre as instituições modeladas pela Constituição de 1988 e as necessidades populares prementes.

As dificuldades de desenvolver e desdobrar as grandes demonstrações de 2013, se, de um lado, respondem, à inação das grandes organizações operárias, cujas direções hoje avalizam a Carta Magna que, no passado, corretamente denunciaram, de outro, mostram a ausência de uma saída de conjunto para a

situação que o movimento por si só não foi, até aqui, capaz de formular, inclusive no sentido de fazer alargar o máximo possível a “brecha” aberta pela fala da presidente em julho de 2013.

É a esta situação em que a campanha pelo Plebiscito Popular Sobre uma Constituinte Exclusiva e Soberana para Fazer Reforma Política ocupa um lugar central ao incidir pelo dispositivo que, de conjunto, segue como resseguro da dominação imperialista no país, ou seja, o próprio arcabouço constitucional. É certo que a Constituinte aventada pela campanha, embora chamada de soberana, não seria convocada para fazer uma reforma de cima a baixo nas instituições brasileiras, mas, ao focar no sistema político, toca justamente na base de sustentação do desenho institucional reacionário representado na Carta de 1988.

Numa situação de crise de regime político, num país semicolonial, como o Brasil, onde as reivindicações sociais dependem da resolução da questão nacional, em vista da ingerência do capital estrangeiro onipresente, a palavra-de ordem da constituinte, não sendo obviamente uma panaceia, tampouco um substitutivo para a luta pelas reivindicações materiais e econômicas concretas, adquire um sentido global, capaz de abordar a situação no seu conjunto. Retoma-se aqui a importância desta palavra-de ordem no sentido que Trotsky (2009, p. 86) atribui a ela:

É impossível rejeitar pura e simplesmente o programa democrático: é necessário que as próprias massas ultrapassem este programa na luta. A palavra-de ordem de ASSEMBLÉIA NACIONAL (OU CONSTITUINTE) conserva todo seu valor em países como a China ou a Índia. É necessário ligar, indissolavelmente, esta palavra-de ordem às tarefas de emancipação nacional e da reforma agrária. É necessário, antes de mais nada, armar os operários com esse programa democrático. Somente eles poderão sublevar e reunir os camponeses. Baseados no programa democrático e revolucionário, é necessário opor os operários à burguesia “nacional”.

Ou seja, a batalha pela constituinte, portanto está indissolavelmente ligada, tanto às reivindicações nacionais e democráticas por realizar, no Brasil, disputando aos setores da burguesia local a bandeira da independência nacional, como, no caso contemporâneo, liga-la às mais mezinhas reivindicações da classe, tendo em vista que estas estão travadas pela ingerência do imperialismo.

Contudo, as coisas não se desenvolvem espontaneamente, ou sem obstáculos. O próprio aparelho dirigente do PT e da CUT, não podendo se esquivar da campanha do plebiscito, jogam na confusão.

O Jornal O Trabalho (2013, p. 6), que apoia a campanha, observa em matéria no seu site:

E, justamente porque seria um passo enorme, contra a Constituinte levantam-se obstáculos poderosos. Não invencíveis, mas importantes. Há muitos projetos ditos de “reforma política” tramitando no Congresso Nacional assim como há vários projetos de lei de iniciativa popular sobre o tema buscando 1,5 milhão de assinaturas. Algumas dessas propostas são armadilhas e até retrocessos.

É o caso da PEC 352, criado pelo grupo de trabalho designado pelo presidente da Câmara, Henrique Alves e relatado pelo deputado “petista-peemedebista” Cândido Vaccarezza, que se destaca pela criação da cláusula de barreira de 5% para que os partidos alcancem quórum para constituir bancadas parlamentares, além de dar ao Judiciário o condão de criar circunscrições a seu bel-prazer, distritos

eleitorais pelos quais os deputados devem se eleger, depois de superarem uma nova barreira da obtenção de pelo menos 10% dos votos na circunscrição. Uma verdadeira restrição à representação.

Outra armadilha é o PL 6316, apadrinhado pela Igreja Católica, OAB, ONG, PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e setores do PT, que entroniza a judicialização da política estabelecendo, por exemplo, o controle da vida interna dos partidos pelo juiz eleitoral “ou funcionário por ele designado”, a pretexto de moralizar a coisa, ele privilegia as ONG – que não tem qualquer mandado – com a mesma competência que os partidos para leis, plebiscitos e referendos.

Com origem na própria cúpula do PT, aparece o Projeto de Decreto Legislativo Complementar (PDC 1258), que propõe um Plebiscito da reforma política. Ele foi apresentado em agosto passado pelo PT, PCdoB, PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PSB (Partido Socialista Brasileiro), depois que Dilma, bombardeada pelo PMDB e o STF (Supremo Tribunal Federal), recuou do Plebiscito da Constituinte que propusera na TV. Pelo Projeto, seriam os próprios senadores e deputados que escolheriam quais perguntas se faria na “consulta” ao povo, o contrário de uma assembleia soberana.

Uma intervenção no sentido de dar à luta pelo plebiscito o sentido de um passo rumo a uma faxina em regra nas instituições exigiria, nesse quadro, a recusa liminar de qualquer alternativa que transfira para o atual Congresso Nacional, ou para aquele que será eleito este ano sob as velhas regras, o direito de legislar sobre sua própria existência e funcionamento. É justamente essa possibilidade que se pretende negar ao chamar o povo a votar no plebiscito popular por uma constituinte exclusiva.

De outro lado, no plano da própria reforma política em si, uma intervenção revolucionária precisaria levantar os pontos que dividem águas entre um sistema democrático, que favoreça o desenvolvimento da luta de classes, entre os quais, seria necessário destacar a luta por uma assembleia de deputados: unicameral, extinguindo o Senado oligárquico que revisa tudo que a Câmara decide; proporcional, assegurando o princípio de um eleitor igual a um voto; sem financiamento empresarial e com voto em lista partidária, em plataforma política e não em “pessoas”, isto é nos velhos chefes políticos.

Conclusão

A campanha em curso por um Plebiscito Popular Sobre uma Constituinte Exclusiva e Soberana para Fazer Reforma Política, durante a Semana da Pátria de 2014, como já observado, visa a uma constituinte para fazer a reforma política, portanto, um objetivo limitado. Mas este curso não é contraditório, ao contrário, com o combate por uma constituinte soberana, destinada a fazer o conjunto das reformas de fundo cuja aspiração, de forma limitada e confusa, se expressaram de maneiras distintas, tanto no voto, que há três pleitos nacionais é negado aos representantes diretos do imperialismo, quanto, de forma mais contundente, nas lutas cuja culminação no presente período foram as manifestações multitudinárias de 2013.

No quadro da crise do regime político, no qual à burguesia, ainda que de maneira pouco à vontade e contraditória, acompanha nesse aspecto pelas direções majoritárias do movimento operário,

precisa se postar na defesa incondicional das atuais instituições, posto que necessárias no marco de qualquer novo arranjo para a continuidade da dominação imperialista, a campanha do Plebiscito pela Constituinte se apresenta como ponto fundamental de ruptura com o imperialismo. Nesse sentido, se atualiza a apreciação do Programa de Transição citada acima: “baseados no programa democrático e revolucionário é necessário opor os operários à burguesia nacional”, ou, nessa etapa, burguesia local.

Referências:

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Declaração de Havana*. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/ii-cupula-da-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos-celac-2013-28-e-29-de-janeiro-de-2014-2013-declaracao-de-havana>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Resoluções do 3º Congresso da CUT*. São Paulo, s. d. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

EL PAÍS. EUA acreditam que a CELAC traiu os princípios democráticos da região. *El País*, Madrid, 30 jan. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/30/internacional/1391120173_504618.html>. Acesso: 22 mai. 2014.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Resoluções do 4º Encontro Nacional do PT*. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes>> Acesso em: 23 mai. 2014.

_____. *Resoluções do 5º Encontro nacional do PT*. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

INSTITUTO LULA. “A constituição de 1988 foi a refundação de democracia brasileira”, diz Lula no Senado. São Paulo, 29 out. 2013. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/search?s=Constitui%C3%A7%C3%A3o+de+1988>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

O TRABALHO. *Reforma política: só com Constituinte!* São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://otrabalho.org.br/reforma-politica-so-com-constituinte/>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

TROTSKY, L. Programa de Transição. In: MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V. I. *O Programa da Revolução*. São Paulo: Nova Palavra, 2009.

TURRA FILHO, J. Atual Constituição Completou 25 Anos. *O Trabalho*, São Paulo, n. 739, 24 out./6 nov. 2013.

Notas:

¹ Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino da FAFIDAM/FECLESC – UECE. E-mail: eudes.baima@uece.br.

² Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (BA) e Doutorando em Educação do PPGE/FACED/UFBA. E-mail: pjriela@gmail.com.

³ Acordo baseado nos países do continente que fizeram tratados de livre-comércio com os EUA – Chile, Peru, Colômbia e México.

⁴ Sigla que designa as chamadas Forças de Paz da ONU no Haiti.

⁵ A Direção Nacional do PT interveio no Diretório Estadual do Maranhão anulando o encontro que havia decidido candidatura própria e impôs o apoio à candidatura apoiada por Sarney.

⁶ Consolidação das Leis do Trabalho.

Recebido em: 08/2014

Publicado em: 12/2014.